

WASHINGTON NOVAES

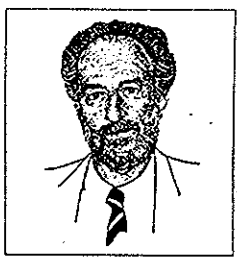
O clima depois de Bonn

No mundo todo, repete-se a pergunta: que vai acontecer na área das mudanças climáticas após a reunião em Bonn, na qual se formalizou a recusa dos Estados Unidos de homologar o Protocolo de Kyoto, enquanto outros 178 países, o Brasil incluído, manifestaram a intenção de homologar esse acordo, que prevê a redução de emissões?

As opiniões se dividem. Parte das organizações ambientalistas entende que, na prática, se retorna à estaca zero. Já nas áreas técnica e diplomática e em parte dos ambientalistas a compreensão é de que se chegou ali não apenas a uma vitória diplomática – que deixou os Estados Unidos isolados do mundo e em situação difícil –, mas que o acordo entre 178 países permitirá avançar na prática, reduzindo as emissões no restante dos países industrializados.

Cálculos feitos a partir de dados retirados da secretaria da convenção por um dos negociadores brasileiros, Luiz Gylvan Meira Filho, mostram que, pelas projeções, os demais países industrializados (sem os Estados Unidos) cumprindo a meta de baixar em 5,2%, na média, as emissões, haverá uma redução – não desprezível – de pelo menos (provavelmente será mais) 200 milhões de toneladas equivalentes de carbono anuais. Como os Estados Unidos poderão ficar 800 milhões de toneladas anuais acima do objetivo pretendido pelo protocolo, vão-se ter, no total dos países industrializados, 600 milhões de toneladas anuais além do desejado (800 menos 200).

Argumentam os pessimistas: como os Estados Unidos não reduzirão suas emissões em 7% sobre os níveis de 1990, mais o aumento que nelas ocorreu após essa data (ano-base do cálculo das emissões no protocolo), o maior poluidor do Planeta continuará a emitir cerca de 25% do total de poluentes.



Os EUA fizeram uma aposta arriscada – para todos. É muito preocupante

Além disso, os demais países industrializados, para cumprir seu compromisso, poderão valer-se da possibilidade, prevista no protocolo, de “comprar” direitos de emissão de nações que tiveram suas emissões reduzidas a níveis inferiores aos de 1990, como é o caso da Rússia e da Ucrânia.

Outra razão para pessimismo estaria no fato de que ainda não se decidiram penalidades para os países que não cumprirem seus compromissos (isso só se definirá na próxima reunião das partes da convenção, em Marrakesh, em outubro próximo).

Não é só. Com a possibilidade (já prevista no protocolo) de os países industrializados reduzirem de suas emissões a retenção de carbono em projetos de reflorestamento em seus próprios territórios, cai muito a possibilidade de financiar esse tipo de projeto em países em desenvolvimento (inclusive no Brasil). Mesmo o Japão, que não tem território próprio

suficiente para o plantio, preferiria países mais em sua área de influência, como os asiáticos, ou mais próximos geograficamente, como a Austrália. Com isso tudo se esvaem possibilidades num mercado que se chegou a estimar em US\$ 17 bilhões/ano, tomando por base o custo médio de US\$ 100 por tonelada reduzida.

Entre os que entendem haver-se chegado a uma vitória, mesmo com a retirada dos Estados Unidos, lembre-se que, se ocorresse simplesmente o abandono do protocolo, se retornaria à situação de 1992, quando as únicas alternativas eram criar um imposto internacional por tonelada de poluentes emitida ou fixar metas para a emissão de poluentes por veículo. Ambas difíceis de ser aceitas, mais difíceis ainda de ser cumpridas e fiscalizadas.

Agora, permanece a obrigação dos países industrializados, exceto os Estados Unidos. E foi aprovado um texto que desbloqueia o processo decisório prático, permite ter comissões temáticas setoriais para coordenar a implementação do protocolo.

Nessa mesma linha de raciocínio, o isolamento dos Estados Unidos – mais que um fato isolado, uma conse-

quência de sua postura isolacionista em geral, já apontada por editorial deste jornal – terá consequências profundas no plano das relações internacionais. E no próprio andamento da questão no seu plano interno.

O senador James Jeffords, ex-republicano, hoje independente, já anunciou que, independentemente de os Estados Unidos abandonarem o protocolo, tentará introduzir legislação para reduzir as emissões nacionais – tanto na área industrial quanto nas termoeletricas –, assim como para estimular energias alternativas. Outros senadores querem que a indústria automobilística reduza o consumo e as emissões nos veículos, principalmente os utilitários esportivos. Segundo a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, esses utilitários (mais de 50% do mercado de automóveis novos) e os demais automóveis respondem por 40% do consumo de petróleo e 20% das emissões totais norte-americanas. E há mais de uma década os Estados Unidos não aumentam o padrão de eficiência dos veículos nos combustíveis.

Lembram também os menos pessimistas que, como relatado por este jornal (29/7), empresas norte-americanas instaladas na Europa começam a pressionar em favor das reduções nos Estados Unidos, porque enfrentam questões delicadas. Elas terão de adaptar-se às regras para reduzir emissões, vigentes no território europeu, enquanto suas parceiras nos Estados Unidos teriam outras regras. Haverá alterações nos índices de competitividade? Com que consequências?

Fora desse debate, parece não haver dúvida de que os Estados Unidos fizeram uma aposta arriscada – para todos. Os estudos e projeções do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas já apontaram a necessidade de reduzir em até 60% as emissões para reverter, de fato, as tendências ameaçadoras na área do clima. Se não conseguirmos acordo nem quanto a um décimo disso, que acontecerá?

É muito preocupante.



—albert—